

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
CAMPUS PROFESSOR ALBERTO CARVALHO  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
COORDENAÇÃO DE PESQUISA

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC

**USO CORPORATIVO DO TERRITÓRIO E CONFLITOS  
SOCIOAMBIENTAIS NA AMÉRICA LATINA**

Área de Conhecimento: Geografia Humana

Discente: VIVIANE MELO SANTOS  
Orientador: OSCAR ALFREDO SOBARZO MINO

Relatório Final

Período  
Ago/2016 a Jul/2017

Este projeto é desenvolvido com bolsa de iniciação científica  
PIBIC/COPES

Itabaiana  
2017

## **RESUMO**

A análise dos principais conflitos socioambientais produzidos a partir do ano 2000 na América Latina proposta no Projeto de Pesquisa “USO CORPORATIVO DO TERRITÓRIO E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NA AMÉRICA LATINA”, bem como, o referente Plano de Trabalho “Levantamento dos Conflitos Socioambientais na América Latina”, contribui para o levantamento e compreensão dos conflitos latino-americanos gerados através da ação ativa e crescente das grandes empresas regidas sob a lógica mundial, garantida pelos Estados Nacionais. Tais ações desenvolvidas por meio de projetos gananciosos, afetam verticalmente as regiões, a partir das atividades produtivas especializadas que objetivam a exploração intensiva e sem limites da natureza. Ao não considerar os interesses das comunidades locais, dos povos originários e camponeses são produzidas situações de conflitos socioambientais.

**PALAVRAS CHAVES:** Conflitos socioambientais; território corporativo; América Latina.

## SUMÁRIO

1. Introdução.....	4
2. Revisão da Literatura .....	9
3. Metodologia .....	13
4. Resultados e Discussões.....	15
5. Conclusões .....	40
6. Referências .....	43
7. Apêndice.....	44

## 1. INTRODUÇÃO

O relatório que segue objetiva evidenciar os resultados alcançados no Projeto de Pesquisa: “USO CORPORATIVO DO TERRITÓRIO E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NA AMÉRICA LATINA”, alusivo ao Plano de Trabalho que analisa o uso e a produção do território latino-americano através da ação ativa das grandes corporações mundiais em parceria com as instituições configuram uma ordem espacial e social no território, conforme a abordagem levantada por Santos e Silveira (2008).

Em termos gerais, o trabalho consistiu na revisão bibliográfica sobre a temática dos conflitos socioespaciais, numa análise exploratória de *sites* e no levantamento dos principais conflitos nos países do continente. Foram contempladas as escalas local e global, balizadas num recorte temporal a partir dos anos 2000, período em que as contradições, os estudos e as discussões sobre o desenvolvimento têm se definido, em consequência de determinados elementos, de maneira especial da destruição dos recursos naturais disponíveis e da irradiação e consolidação de políticas públicas com perfil neoliberal.

A necessidade por acumulação do capital nos tempos atuais, nos obriga a desvelar com bastante cautela os prismas dos discursos e interesses particulares e seletivos transformados enquanto comuns e necessários aos Estados Nacionais. Assim, o uso e a produção “do território nacional é submetido a uma lógica que, por intermédio de uma empresa global, acaba sendo uma lógica global”<sup>1</sup>.

As ações investidas de operação global pelas multinacionais no espaço geográfico, além de (re)organizar e (re)produzir os territórios, impactam fortemente quando, por exemplo, demandam por infraestruturas para atender o controle inicial e final do processo de produção; modificam o desempenho das empresas bem como da produção regional, nacional e local no âmbito regido pelos oligopólios e oligopsônios capitalistas; revogam e/ou convalidam requisitos normativos adequados aos interesses do capital; intensificam os conflitos socioambientais etc. Consequência disto, recai na incessante exploração da natureza realizada plenamente sob o feitiço do modo de produção global dominante.

Entre outras questões, os disputados projetos das “grandes empresas escolhem pontos e áreas aptos para o seu exercício, desenhando no território verdadeiras topologias.”<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> Milton Santos e Maria Laura Silveira. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2008, p. 293.

<sup>2</sup> Consultar: Maria Laura Silveira. Região e Globalização: pensando um esquema de análise. *Redes*, Santa Cruz do Sul, v. 15, n. 1, p. 74-88, jan. – abr. 2010, p. 78.

Tais pontos emblemáticos se materializam na mineração a céu aberto, no crescimento da agricultura de exportação sob a lógica do agronegócio e na produção de energia, atividades voltadas para o mercado externo e regidas pela lógica da Divisão Territorial do Trabalho.

“[...] son actividades nuevas en la región [y] en los últimos años del siglo XX y en un contexto de cambio del modelo de acumulación, se ha venido intensificando la expansión de proyectos tendientes al control, extracción y exportación de bienes naturales, sin mayor valor agregado.”<sup>3</sup>

Nessa discussão, a historiografia latino-americana colonialista, pautada no paradigma extrativista, evidencia países em que outrora as suas riquezas serviram em benefício do desenvolvimento de países europeus, como a mineração na Bolívia e Peru.

Ao passo que, no presente, países que não tinham suas economias voltadas em exclusividade para a atividade extrativista, são introduzidas aos ditames resguardados pelas políticas de privatizações dos organismos multilaterais, a exemplo da Argentina no governo da Cristina Fernández de Kirchner, propondo um modelo nacionalista de desenvolvimento direcionado para a megamineração.<sup>4</sup>

Inseridos nesse processo, determinar nas regiões suas especializações produtivas, prioriza atrair investimentos estrangeiros a fim de potencializar os lugares atrativos. Entretanto, o consumo crescente global por matérias primas conduz à reprimarização da economia nacional, já que muitos países latino-americanos sustentam o mercado externo através da agricultura moderna de exportação e da mineração, cujas atividades produtivas não significam muito valor agregado.

Por outro, “incluem a mercantilização e privatização da terra e a expulsão forçada das populações camponesas; a conversão de diversas forma de direitos de propriedade” e a “supressão de direitos comuns [...] incluindo os recursos naturais”.<sup>5</sup> Portanto, as populações tradicionais indígenas, quilombolas e camponesas tem atuado fortemente na defesa e na

---

<sup>3</sup> Ver: Maristella Svampa. Consenso de los *commodities*, giro ecoterritorial y pensamiento crítico em América Latina. *Observatorio Social de América Latina (OSAL)*: Buenos Aires: CLACSO, ano XIII, n. 32, p. 16-38, nov. 2012, p 16.

<sup>4</sup> Sobre o tema consultar Maristella Svampa e Mirta Antonelli. Hacia una discusión sobre la megaminería a cielo abierto. In: \_\_\_\_\_(org.). *Minería transnacional, narrativas del desarrollo y resistências sociales*. Buenos Aires: Biblos, 2009. p. 15-28.

<sup>5</sup> David Harvey. O “Novo” Imperialismo: acumulação por espoliação. In: \_\_\_\_\_ *Socialist Register 2004: O novo desafio imperial*. Buenos Aires: CLACSO, 2006. p. 280. Traduzido por: Rodrigo Rodrigues. Disponível em: [http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/social/2004pt/01\\_boron.pdf](http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/social/2004pt/01_boron.pdf). Acesso em: 04/12/2016, p. 109.

“exigência de bens comuns e no ataque ao papel do estado e do capital em sua apropriação”, frente ao avanço da “acumulação por espoliação”<sup>6</sup>.

A destruição secular da natureza nos demonstra que os conflitos ambientais decorrem das disputas e controle por recursos naturais estratégicos e em expansão, transformados em mercadorias na acumulação do capital. Entretanto, as riquezas não são distribuídas igualmente entre os países. Restam-lhes aos países latino-americanos, os passivos ambientais, ou seja, as destruições do ambiente, poluição das nascentes por resíduos químicos, desmatamentos entre tantos outros impactos.<sup>7</sup>

Neste trabalho, tivemos como propósito trazer à tona a identificação da relação entre o uso corporativo do território e os conflitos socioambientais na América Latina, tomando como ponto de partida as leituras de referências básicas para contextualização, a análise exploratória de *sites* regionais, porém com abrangência local-global e o levantamento – por país – dos conflitos socioambientais. Para substanciar a compreensão da problemática do tema proposto, participamos de reuniões/orientações a fim de discutir e debater a respeito do encaminhamento do projeto.

Além disso, nesse recorte temporal enquanto bolsista remunerada da Copes participei de alguns eventos de extensão, a exemplo do XXIII Encontro Nacional de Geografia Agrária (ENGA) com aprovação e apresentação do trabalho “*No dia-a-dia do campo: a questão de produzir orgânico enquanto resistência e autonomia na terra*”<sup>8</sup>; III Semana Acadêmico-Cultural (SEMAC) - Seminário: Relatos de Experiências sobre Estágio, com apresentação na forma de exposição em banner do trabalho “*Da universidade à sala de aula: experiências de estagiárias no ensino fundamental*”<sup>9</sup>; V Encontro Nacional e IX Fórum Estado, Capital, Trabalho – O Fim do Pensamento Crítico Reflexivo? A Banalização da Teoria e a Negação do Humano com submissão do trabalho “*Construção de memórias geográficas no ensino de geografia: uma contribuição a partir dos objetos e*

---

<sup>6</sup> Ibid., p. 111.

<sup>7</sup> Joan Martínez Alier. *O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração*. Tradução de Maurício Waldman. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

<sup>8</sup> SANTOS, Viviane Melo; SOBRAL, Karine dos Santos; RIBEIRO, Bruno A. No dia-a-dia do campo: a questão de produzir orgânico enquanto resistência e autonomia na terra. In: XXIII ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA (ENGA), 2016. São Cristóvão. **Anais...** São Cristóvão: UFS, 2016. p. 12. Consultar no apêndice.

<sup>9</sup> Aconteceu no Campus da Universidade Federal de Sergipe, Itabaiana/SE realizado no dia 20 de outubro 2016. O trabalho teve a participação também em autoria de Karine dos Santos Sobral. O certificado não se encontra disponível.

*museus no projeto de estágio supervisionado*”<sup>10</sup>; XIII Encontro Nacional de Prática de Ensino em Geografia – Conhecimentos da Geografia: Percursos de Formação Docente e Práticas na Educação Básica com aprovação para apresentação na modalidade oral do trabalho “*Entre o Rural e o Urbano: diálogos com os povoados na aulas de geografia*”<sup>11</sup>. Também foi submetido o resumo “*Uso corporativo do território latino-americano*” para o II Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social: desafios contemporâneos - III Seminário Nacional de Território e Gestão de Políticas Sociais - II Congresso de Direito à Cidade e Justiça Ambiental<sup>12</sup>, mas o texto não foi aprovado.

Os itens que compõem este Relatório propõem elencar e debater o processo de elaboração do Plano de Trabalho seguindo os objetivos determinados. Assim, inicia-se com uma *Revisão da Literatura*, na qual é feita uma contextualização das ideias sobre o uso corporativo do território e os conflitos socioambientais latino-americanos, utilizando-se de obras escritas por autores brasileiros e estrangeiros como Santos e Silveira (2008); Svampa e Antonelli (2009); Harvey (2004); Rehner (2012), entre outros.

Todos convergem, porém em suas particularidades teóricas e metodológicas, para tal análise e revelam alguns caminhos construídos, nesses últimos 30 anos, voltados para a questão do desenvolvimento às custas do aniquilamento da natureza.

Nesse sentido, trazem os debates para o espaço acadêmico e científico, consolidando uma abordagem transformadora da realidade desigual centrada no reconhecimento dos direitos – de propriedade da terra, melhores condições de vida, do conhecimento passado a cada geração – dos povos indígenas, quilombolas e camponeses.

Na *Metodologia* são alçados olhares metodológicos sobre como foi realizada a identificação do arrolamento entre a ação dos grandes projetos dos grupos empresariais e os interesses das comunidades originárias e tradicionais na América Latina, assim como na análise de *sites* preocupados com essa abordagem e o levantamento com alto grau de análise do nível de conflitividade social e ambiental dos projetos.

---

<sup>10</sup> Acontecerá de 9 a 11 de agosto na Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão/SE. O trabalho é em co-autoria de Karine dos Santos Sobral. Consultar no apêndice.

<sup>11</sup> Ocorrerá de 10 a 14 de setembro na Universidade Federal de Minas Gerais em Belo Horizonte. O trabalho também teve participação em autoria de Oscar Alfredo Sobarzo Miño e Eluana Lúcia Santos. Consultar no apêndice.

<sup>12</sup> Ocorrerá na Universidade Estadual de Londrina, Londrina/PR de 4 a 7 de julho 2017.

No que concerne aos *Resultados e Discussões*, nessa seção estão contidas as informações obtidas por meio da metodologia empregada, como também fundamentados na Revisão da Literatura.

Por fim, na *Conclusão*, há observações acerca do que se pretendeu e foi obtido através das pesquisas, assim como a projeção das mesmas em futuras instancias formativas.



## 2. REVISÃO DA LITERATURA

Na América Latina, há um número considerável de estudos direcionados para a perspectiva do uso corporativo do território. Acrescenta-se a isso, os conflitos socioambientais decorrentes do consumo alarmante dos recursos naturais disponíveis, além das resistências de povos tradicionais e camponeses contra os grandes projetos corporativos. Sem dúvidas há uma ampla contribuição para o enriquecimento das discussões, visto que surge a necessidade de buscar as informações enquanto instrumentos relevantes para o desenvolvimento do nosso trabalho.

O item em questão Revisão da Literatura contribui para o estudo de um arcabouço teórico, visando uma contextualização entre autores nacionais e internacionais dentro do recorte temporal proposto, a partir de 2000, bem como os rebatimentos na apropriação, organização e produção do espaço geográfico pelas grandes corporações transnacionais. Desta forma no presente Projeto, mesmo que se propunha uma compreensão do uso corporativo do território latino-americano, de escala regional, não houve limitação quanto a essa análise.

Dentre elas, o âmbito internacional, resultante da expansão na busca e apropriação de novas áreas submetidas à lógica moderna do capitalismo financeiro. Outra delas é de âmbito nacional decorrente da inserção global desigual dos países na Divisão Territorial do Trabalho. E, por último, na escala local se tem análises nos lugares enquanto áreas atrativas de especialização produtiva e de manifestação dos conflitos socioambientais.

Nesse contexto, entende-se por uso corporativo do território os sistemas de objetos e ações indissociáveis submetidos as ordens das empresas, as quais necessitam de áreas atrativas a fim de estabelecer, por meio de uma unicidade técnica, suas topologias, obedecendo assim à Divisão Territorial do Trabalho. Desta forma, o Estado enquanto agente regulador legitima através de formas de ação subordinada os mecanismos necessários para a apropriação e fluidez corporativa no território.<sup>13</sup>

A tendência de produção de crises de sobreacumulação que desvalorizam o capital e a força de trabalho, será absorvida através da expansão geográfica que, por sua vez, reorganiza a longo prazo o espaço e o tempo. Esse ajuste espacial intrinsecamente

---

<sup>13</sup> SANTOS e SILVEIRA, 2008, *passim*.

relacionado aos financiamentos de organismos multilaterais identifica as possíveis áreas atrativas ao capital, com um único objetivo: o lucro.<sup>14</sup>

O exercício de poder e controle das grandes empresas no processo de construção dos territórios, inserido no contexto da liberalização da economia, gera condições propícias para a obtenção de lucros planetários, mesmo que para isso necessite instalar a barbárie, expropriando e explorando populações.

“De este modo, la acumulación por desposesión implicó un complejo y amplio proceso de cambios regresivos: de reformas legales, de implementación de políticas públicas, de iniciativas de las corporaciones y asociaciones empresariales, de proyectos de organismos internacionales y, en, definitiva, del uso de la violencia estatal-legal y paraestatal-ilegal; todos orientados a garantizar la efectiva desposesión de estos bienes a los pueblos y las comunidades que hasta entonces eran sus tenedores y cuidadores para su mercantilización (especialmente por medio de la privatización), que posibilitaba así su apropiación privada y su explotación capitalista”.<sup>15</sup>

Visando atrair investimentos estrangeiros nas regiões, os países latino-americanos obedecem rigorosamente ao modelo de desenvolvimento pautado na exportação de matérias primas, com alta exploração dos recursos naturais disponíveis<sup>16</sup>. As relações estabelecidas a partir dos investimentos empresariais focalizados no ramo extrativista e exportador nos países ditos “periféricos”, corroboram para acentuar o processo de regressão qualitativa da economia referente a inserção dos países no comércio internacional.

Isso ocasiona uma forte tendência na especialização das bases técnicas intensivas de recursos naturais e demanda das *commodities*. Esse retorno ao modelo agrário exportador pleiteia por transformação de produtos que necessitam de pouco ou nenhum valor agregado na produção, ao contrário dos manufaturados.

Assim, há a constatação de que a América Latina estaria determinada atualmente por um *consenso das commodities*, em função de uma “vocação” da sua economia para a exportação de matérias-primas, enquanto integração da DIT, que resulta de uma opção política legitimada nas propostas do modelo neoliberal, cuja reconfiguração do território é

---

<sup>14</sup> HARVEY, 2004, *passim*.

<sup>15</sup> SEOANE, José; TADDEI, Emílio. *Recolonización, bienes comunes de la naturaleza y alternativas desde los pueblos*. (Colaboração de Clara Algranati y el equipo del Grupo de Estudios sobre América Latina - GEAL). Rio de Janeiro: Diálogo de los Pueblos y GEAL, 2009, p. 9.

<sup>16</sup> REHNER, Johannes. Territorios corporativos: Una reflexión desde la geografía económica para evitar la axiomatización de los discursos. *Revista de Geografía Espacios*, Santiago de Chile, v. 2, n. 4, p. 29-49, 2012.

implementada sobretudo a partir dos anos 1990, baseado na apropriação e devastação dos recursos naturais.<sup>17</sup>

Entretanto, esse consenso não leva em conta as relações de dependência e de destruição crescente da natureza, tanto de países que possuem historicamente uma relação de exploração dos recursos naturais como o Peru e a Bolívia, quanto de países com economias diversificadas, a exemplo de Brasil e Argentina.<sup>18</sup>

Há, todavia, os diversos discursos de valoração sobre a natureza. As perspectivas de análises sugerem caminhos. Um deles é resultante dos interesses das grandes corporações que visam o crescimento econômico pautado no consumo de recursos para produção de mercadorias. Assim, a natureza segundo essa ideologia pode ser entendida como “sustentável”. Ao passo que, outra perspectiva de análise se volta para os conflitos socioambientais decorrentes do consumo exacerbado de natureza na lógica consumista capitalista. Isto porque o crescimento econômico implica enormes danos e perdas ambientais, já que os deslocamentos constantes por novas áreas atrativas necessitam de expansão e apropriação.

A fim de ocultar, despolitizar e esvaziar os debates políticos, por exemplo, no Brasil, o discurso ambientalista multissetorial e supraclassista a partir dos anos 1990 não enxergou as várias apropriações de lutas sociais frente à questão ambiental. Essa tarefa esteve voltada na relação ONGs-empresas e Estado, já que as primeiras financiadas por corporações poluidoras não estariam preocupadas em garantir a devida ‘proteção’ do ambiente.<sup>19</sup>

Por isso que, perante as contradições dos diversos discursos, sendo a justiça ambiental um dos discursos de valoração preocupados com a proteção da natureza e o direito à terra, se constitui numa alternativa ao desenvolvimento capitalista que visa a destruição do ambiente. Essas questões de luta estão postas através dos movimentos sociais dos povos tradicionais indígenas, quilombolas e camponeses latino-americanos, organizados contra grandes projetos corporativos.

---

<sup>17</sup> SVAMPA, 2016, passim.

<sup>18</sup> Ibid.

<sup>19</sup> ACSELRAD, Henri. Descaminhos do “ambientalismo consensualista”. *Observatorio Social de América Latina (OSAL)*, Buenos Aires: CLACSO, ano XIII, n. 32, p. 40-49, nov. 2012.

Nesse sentido, os conflitos ecológicos distributivos<sup>20</sup> assinalam para o não planejamento dos impactos ambientais, uma vez que não são considerados quando é imposto uma lógica de exploração da natureza, a exemplo da mineração a céu aberto. Entre os anos de 1990 e 1997 o investimento de capital no mundo aplicado na megamineração teve um aumento de 90%, enquanto na América Latina o acréscimo alcançou a 400%.<sup>21</sup> Esse ritmo no aumento dos investimentos implica em “un nuevo ciclo de expansión de la minería forjado bajo la globalización neoliberal [caracterizado por la acción de] las grandes compañías mineras multinacionales cuyas sedes centrales se encuentran en Canadá, los Estados Unidos, Gran Bretaña o Australia.”<sup>22</sup>

---

<sup>20</sup> MARTÍNEZ ALIER, Joan. *O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração*. Tradução de Maurício Waldmam. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

<sup>21</sup> SVAMPA e ANTONELLI, 2009, passim.

<sup>22</sup> SEOANE e TADDEI, op. cit., p. 13.

### 3. METODOLOGIA

O conhecimento adquirido no presente trabalho contribuiu para apurarmos nosso olhar geográfico mais humano sobre as questões espaciais e sociais tanto no presente como para o futuro, obedecendo os seguintes passos:

Iniciou-se o Trabalho de Pesquisa em agosto de 2016 e preferiu-se estabelecer como requisitos as leituras e discussões das obras levantadas e contextualizadas, consideradas de enorme importância tendo em questão o foco das análises dos conteúdos da pesquisa. Além disso, utilizou-se também *sites* como o Observatório Latino-americano de Conflitos Ambientais (OLCA<sup>23</sup>), Observatório de Conflitos Mineiros da América Latina (OCMAL<sup>24</sup>) e o Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO<sup>25</sup>), enquanto instrumentos necessários ao geógrafo a fim de ajudar na identificação dos principais conflitos decorrentes dos grandes projetos produtivos globais.

A análise dos *sites*, a identificação dos principais conflitos socioambientais a partir dos anos 2000 e o levantamento - que serão apresentados no item *Resultados e Discussões* - dos projetos produtivos demonstraram que existe um alto nível de conflitividade social e ambiental a ser problematizado na perspectiva de compreensão das contradições que permeiam os interesses antagônicos.

O levantamento dos conflitos socioambientais na América Latina embasou-se numa ficha<sup>26</sup> elaborada no projeto como ponto de partida para registrar as informações levantadas enquanto instrumento de planejamento e organização. Desta forma, permite elaborar quadros ou quaisquer outras formas para melhor detalhar os conflitos, assim como resultado para sistematização das ideias para culminar na elaboração final do trabalho de pesquisa, propondo-se a produção de artigos e trabalhos acadêmicos. A ficha contém ainda requisitos básicos e necessários para o detalhamento dos conflitos.

A identificação dos projetos produtivos utilizou-se essencialmente de referências com visibilidade e mundialmente conceituadas, como um livro<sup>27</sup> e os *sites*<sup>28</sup> anteriormente

---

<sup>23</sup> [www.olca.cl](http://www.olca.cl)

<sup>24</sup> [www.conflictosmineros.net](http://www.conflictosmineros.net)

<sup>25</sup> [www.clacso.org.ar](http://www.clacso.org.ar)

<sup>26</sup> Ver ficha em apêndice.

<sup>27</sup> RAMOS, Gian Carlo Delgado. *Ecología Política del Extractivismo en América Latina: Casos de resistencia y justicia socioambiental*. (Cordenador) RAMOS, Gian C. D. 1 ed. p. 588. CLACSO: Cidade Autônoma de Buenos Aires, 2013.

<sup>28</sup> Consultar <https://ejatlas.org>

citados, com objetivo de identificação do *país* e da *localidade*; o *tipo de conflito* e o *período* correspondente que no plano de trabalho inicia a partir dos anos 2000 até o ano de 2016 - pretende-se aqui tentar uma atualização dentro desse recorte temporal; os *atores e sujeitos* envolvidos cujo destaque volta-se para as análises entre as empresas, comunidades tradicionais e o Estado, para compreensão das relações de forças existentes; além de uma *breve descrição* – quando necessária - da problemática, enfatizando os impactos na natureza decorrentes da exploração sem limites, materializada por meio da territorialização dos projetos no espaço geográfico e a consequência disto, traduzida na expropriação de terras e na desterritorialização de povos tradicionais diante das ações corporativas investidas no território.

Por isso, que um olhar humanizado sobre a realidade aparente aos olhos daqueles que organizam e produzem o espaço de acordo com seus interesses individuais, nos conduz para o levantamento de questionamentos e o desvelar de discursos ‘absolutos’ sobre a realidade vivida cotidianamente pelas populações tradicionais nos territórios.

#### 4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na realidade, cabe ao geógrafo ler o processo de produção do território latino-americano, utilizando-se dos recursos disponíveis para assegurar em suas análises uma compreensão que permeia a totalidade e complexidade dos conflitos socioambientais. Isto porque, o enfoque de noção espacial volta-se em favor daqueles que ao longo da historiografia tiveram seus conhecimentos tradicionais - religiosidade, prática com o uso da terra, agricultura etc. - de vivência com a natureza criminalizados, discriminados e marginalizados do processo de acumulação capitalista.

Em outras palavras, suas terras tomadas para os processos produtivos mundiais; seus direitos de propriedades roubados, entre tantos outros. Com essa perspectiva, os referenciais teóricos, os *sites* e o levantamento dos conflitos socioambientais examinados sob a ótica desigual do uso corporativo do território versado na lógica da Divisão Territorial do Trabalho são de grande relevância para a compreensão do espaço e do território usado. Portanto, o período histórico iniciado a partir de 1990, conhecido como Neoliberal “pode ser reconhecido pela dominação das empresas multinacionais sobre as frágeis estruturas políticas, econômicas, sociais e territoriais dos países subdesenvolvidos.”<sup>29</sup>

O território em absoluto não pode ser regido pelos oligopólios capitalistas globalizados. Acrescentem-se nas relações de poder as disputas e conflitos de interesses antagônicos, as resistências. Se levadas em consideração as vantagens lucrativas das grandes empresas quando é aniquilada uma luta contra as ações corporativas, ora, será vista enquanto obstáculo a ser combatida. Isso pode ser observado nos *sites*. A análise exploratória do Observatório Latino-americano de Conflitos Ambientais, Observatório de Conflitos Mineiros da América Latina e do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais, em sua fase atual, revela com detalhamento de informações diversas (local do conflito; os atores envolvidos - empresa e povos tradicionais, quilombolas e camponeses; o tipo processo produtivo - infraestruturas, agricultura expansiva, hidrelétricas, mineração) dos principais conflitos socioambientais produzidos.

A questão colocada aqui é saber, em que medida esse conhecimento intermediado via os *sites* citados acima asseguram a possibilidade de compreender a relação entre o uso e produção do território e os conflitos deles decorrentes. Sem dúvidas, o panorama geral enfocado, como pelo CLACSO, corrobora para promoção da produção e do livre acesso ao

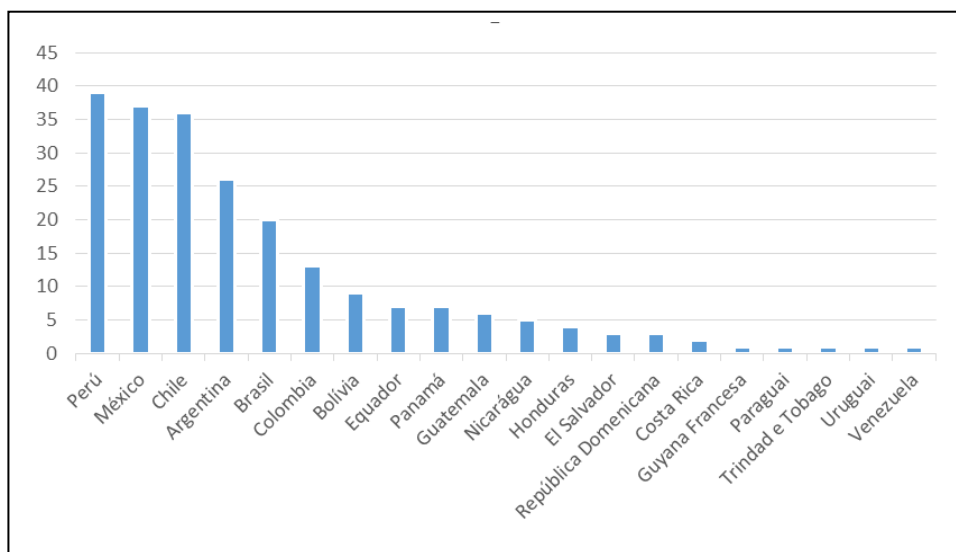
---

<sup>29</sup> SILVEIRA, op. cit., p. 76.

conhecimento de vertente crítica das questões sociais, políticos, ambientais e culturais de caráter regional.<sup>30</sup> Para esse resultado, trabalha certamente, o OLCA e o OCMAL na denúncia pública dos conflitos, como se exemplifica no caso da denúncia feita pelos líderes apicultores maias ao Tribunal Internacional de Justiça em Haia na Holanda sobre a Monsanto que foi noticiado e divulgado por esses médios. Tal luta denuncia o não cumprimento dos direitos humanos nas comunidades indígenas no que trata de produtos perigosos e nocivos à saúde que essa empresa desenvolve e comercializa no México.<sup>31</sup> Como visto, essas fontes de informação objetivam transparecer os conflitos e dar visibilidade às resistências.

O levantamento realizado confirma que o Estado, enquanto agente regulador das instituições e resoluções normativas, trabalha em consonância dos interesses hegemônicos de dominação e controle da exploração dos recursos naturais visando o imediato: o lucro. Utilizando como base as informações do OCMAL, apresentamos o Gráfico 1 que resume a ocorrência de conflitos mineiros nos países da América Latina.

Gráfico 1: Conflitos mineiros nos países latino-americanos (2016)



Fonte:OCMAL. Produzido por Viviane Melo Santos, 2016.

O gráfico 1 mostra o número de conflitos produzidos na América Latina em 2016. Como podemos perceber, o Peru registra o maior número, aproximadamente 40 conflitos, seguido pelo México, Chile, Argentina e Brasil. Entre os exemplos notáveis de conflitos e

<sup>30</sup> Consultar: <http://www.clacso.org.ar>.



impactos na natureza, está o perigo altíssimo da atividade mineira nas zonas glaciares e periglaciares na Argentina. Estima-se aproximadamente 44 projetos de mineração com alto nível de contaminação ambiental. Por sua parte, o Peru também é fortemente afetado pela atividade mineradora, como aconteceu em 2015 com o projeto de mineração "Rosa Roja" da empresa de mineração Antares Peru SAC, uma subsidiária da Antares Minerals Inc., de origem canadense. As atividades deste projeto afetaram territórios *aymaras* de várias comunidades camponesas no Distrito Matalaque da Província Geral Sanchez Cerro e no distrito de San Cristóbal da província de Mariscal Nieto.<sup>32</sup> Se por um lado, tal atividade necessita de muita água, por isso, essa região de bacias hidrográficas é estratégica, por outro, os graves prejuízos pela contaminação serão sentidos pelos povos e pela natureza.

A América Latina, considerada uma região que abriga uma grande variedade de ecossistemas, de contrastes naturais na sua paisagem, desperta um interesse preocupado com estudos cujas perspectivas estão direcionadas para a internalização de novos valores, a exemplo de tentar evitar – por meio de lutas e movimentos sociais - que empresas apropriem-se de áreas e nelas materializem seus anseios, sem consideração dos aspectos que envolvem a destruição do meio ambiente, sobretudo quando defrontados com a ‘questão mineira’.

Esse debate nos tempos atuais ganha incentivos e aprovações dos Estados Nacionais através da mega-mineração. Desta forma, apoiado na constatação de que, a natureza é uma mercadoria a serviço do capital, para muitos, se configura claramente enquanto elemento necessário à acumulação desigual, todavia limitador ao desenvolvimento capitalista, a começar, pelos incontáveis desastres ambientais irradiados pelo mundo inteiro, motivados através da exploração corporativa do território incessante dos recursos naturais disponíveis.

A noção de conflito socioambiental aqui trabalhada está inserida no cenário da problemática espacializada das corporações multinacionais nos países latino-americanos, já que engendra discussões acerca de conceitos como natureza, território corporativo, acumulação de capital, conflitos socioambientais e comunidades tradicionais. Estes, adquirem projeções escalares mundiais, seja através dos discursos de valoração da natureza cujo viés sustentável ou ‘sustentabilidade social corporativa’ lidera na mídia dominante, como também em contrapartida das ações coletivas de organizações e movimentos locais e

---

<sup>31</sup> Ver: <http://olca.cl/articulo/nota.php?id=106504>.

<sup>32</sup> Consultar: <http://www.conflictosmineros.net>.

nacionais em defesa dos povos originários, tradicionais e quilombolas e da proteção da natureza.

A produção do território latino-americano dar-se-á mediante características econômicas, políticas, socioculturais e escalares, já que resultam sobremodo de processos espaciais de territorialização das ações corporativas hierarquizadas no interior de cada lugar, pois rebate nas relações de forças estabelecidas entre empresas-Estado-Comunidades Tradicionais. Portanto, o poder que as grandes empresas possuem na organização e produção do espaço considerando a produção capitalista, impõe seus interesses aliadas as forças políticas e econômicas do poder público, a fim de romper enclaves representados pelas **fronteiras de resistências** que vão contra seus anseios lucrativos.

Dos conflitos levantados e classificados por países no Plano de Trabalho, destacam-se a seguir os seguintes tipos: mineração<sup>33</sup>, recursos hídricos, recursos florestais e agroquímicos, todavia isso não quer dizer que nos países, todos os tipos de processos produtivos irão se destacar.

## ARGENTINA

### 1. Mineração

<b>Tipo de Conflito</b>	Exploração de Carvão
<b>Atores/Sujeitos</b>	ISOLUX CORSAN – Empresa espanhola Comunidades Locais de Punta Arenas, Rio Turbio e Gallegos
<b>Local</b>	Rio Turbio, Província de Santa Cruz
<b>Ano do Conflito</b>	2005
<b>Breve descrição</b>	Alta contaminação por resíduos industriais tóxicos despejados no rio; possibilidade de chuva ácida que afetaria a população local, glaciares e ecossistemas; ameaças aos ambientalistas que lutam contra essa exploração e violação de direitos constitucionais.

<b>Tipo de Conflito</b>	Exploração de Ouro e Urânio – Projeto “Famantina”
<b>Atores/Sujeitos</b>	BARRICK GOLD - empresa canadense Intendência de Famatina

<sup>33</sup> Essa categoria envolve disputas por minerais energéticos, metálicos e não metálicos.

<b>Local</b>	La Rioja, Famatina
<b>Ano do Conflito</b>	2006
<b>Breve descrição</b>	Ações normativas que resguardam as explorações pela empresa; ações de repressão com atuação de força policial contra ativistas.

<b>Tipo de Conflito</b>	Exploração de Cobre
<b>Atores/Sujeitos</b>	CORPORACIÓN MINEIRA DE NEUQUÉN E EMPREENDIMENTOS MINEIROS S.A. Comunidade Mapuche Mellao Morales.
<b>Local</b>	Neuquén, Loconpué
<b>Ano do Conflito</b>	2008

<b>Tipo de Conflito</b>	Exploração de Níquel
<b>Atores/Sujeitos</b>	SOUTHERN COPPER SRL ARGENTINA Comunidade Mapuche e organizações locais
<b>Local</b>	Las Coroladas, Neuquén
<b>Ano do Conflito</b>	2015

<b>Tipo de Conflito</b>	Exploração de Cloreto de Potássio
<b>Atores/Sujeitos</b>	CORPORACIÓN MINEIRA DE NEUQUÉN E EMPREENDIMENTOS MINEIROS S.A. Comunidade Mapuche Mellao Morales.
<b>Local</b>	Malargue, Mendoza
<b>Ano do Conflito</b>	2003 até o presente momento.
<b>Breve descrição</b>	Região atrativa para exploração dos sais de cloreto de potássio; investimentos em infraestruturas; discurso de geração de emprego e desenvolvimento local; impactos socioambientais.

## 2. Recursos Hídricos

<b>Tipo de Conflito</b>	Represa “El Portón”
<b>Atores/Sujeitos</b>	ENDESA E MEDITERRÂNEO S.A. Comunidades afetadas
<b>Local</b>	Noroeste da Província de Chubut
<b>Ano do Conflito</b>	2011

## 3. Recurso Florestal

<b>Tipo de Conflito</b>	Plantação de Pinho e Eucalipto
<b>Atores/Sujeitos</b>	CELULOSE ALTO PARANÁ/ARAUCO S.A. – empresa chilena Comunidade local e trabalhadores.
<b>Local</b>	Puerto Esperanza, Misiones
<b>Ano do Conflito</b>	2005
<b>Breve descrição</b>	Irregularidade legal da fábrica, morte de trabalhadores e poluição por resíduos químicos pesados no rio Paraná.

## 4. Agroquímicos

<b>Tipo de Conflito</b>	Plantação de hortaliças
<b>Atores/Sujeitos</b>	Agricultores
<b>Local</b>	La Plata
<b>Ano do Conflito</b>	2016
<b>Breve descrição</b>	Aplicação de inseticidas como o DDT no cultivo de alimentos, alto nível de toxicidade, contaminação humana e da natureza.

# BOLÍVIA

## 1. Mineração

<b>Tipo de Conflito</b>	Petróleo
<b>Atores/Sujeitos</b>	REPSOL-YPF – Empresa espanhola Populações Originárias e Ambientalistas
<b>Local</b>	Amazônia e Zona norte de Chaco
<b>Ano do Conflito</b>	2004
<b>Breve descrição</b>	Desterritorialização de indígenas de suas terras.

<b>Tipo de Conflito</b>	Zinco, Chumbo e Prata
<b>Atores/Sujeitos</b>	MINERA SAN CRISTOBAL S.A. – empresa nacional subsidiária da SUMITOMO CORPORATION empresa japonesa Populações Campesina da região
<b>Local</b>	Nor LÍpez, Departamento de Potosí
<b>Ano do Conflito</b>	2010

<b>Tipo de Conflito</b>	Zinco, Níquel, Cobre e Prata
<b>Atores/Sujeitos</b>	MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA Populações Campesina da região
<b>Local</b>	Panduro, Reiçã do Altiplano, La Paz, Cochabamba, Potosí, Oruro, Santa Cruz, Beni, Pando
<b>Ano do Conflito</b>	2016
<b>Breve descrição</b>	Frequentes protestos decorrentes dos impactos destrutivos à natureza e as populações locais.

## BRASIL

### 1. Mineração

<b>Tipo de Conflito</b>	Fosfato e Urânio
<b>Atores/Sujeitos</b>	GALVANI – empresa nacional. Via Campesina, Pastoral da Terra Movimento dos Trabalhadores Sem Terra.
<b>Local</b>	Santa Quiteria, Itatira e Magdalena, Ceará
<b>Ano do Conflito</b>	2011
<b>Breve descrição</b>	Possível desterritorialização de populações locais; financiamento do Estado em infraestrutura.

<b>Tipo de Conflito</b>	Ferro – “Projeto Apolo”
<b>Atores/Sujeitos</b>	VALE S.A. Grupo ecologista Santa Barbara, Afetados por Vale, Movimento pela preservação da Serra do Gandarela, Portas Abertas, Justiça nos Trilhos e Movimento Pelas Serras e Água, entre outros.

<b>Local</b>	Região metropolitana de Belo Horizonte, Minas Gerais
<b>Ano do Conflito</b>	2011
<b>Breve descrição</b>	Expansão da atividade para uma unidade de conservação (Parque Nacional da Serra do Gandarela) impactando fortemente à natureza.

<b>Tipo de Conflito</b>	Zinco
<b>Atores/Sujeitos</b>	VOTORANTIM METAIS ZINCO S.A Conjunta Popular para a Revitalização do São Francisco, comunidade de pescadores e grupos Indígenas.
<b>Local</b>	Vazante, Minas Gerais
<b>Ano do Conflito</b>	2008
<b>Breve descrição</b>	Violação dos direitos indígenas e perseguição aos camponeses.

<b>Tipo de Conflito</b>	Ouro
<b>Atores/Sujeitos</b>	COMPANHIA MINEIRA YAMANA GOLD – empresa canadense. Comissão Pastoral de Terra - Regional Bahia, Afetados pela Mineração, Comunidade de Caetité, Minas gerais e Pará.
<b>Local</b>	Jacobina, Bahia
<b>Ano do Conflito</b>	2010
<b>Breve descrição</b>	Alto nível de contaminação de lençóis freáticos da região; além de desapropriar os moradores locais para implementação do projeto.

<b>Tipo de Conflito</b>	Exploração de Potássio - “Projeto Carnalita”
<b>Atores/Sujeitos</b>	VALE S. A. Comunidades Quilombolas de Patioba, Canta Galo, Terra Dura e Coqueiral.
<b>Local</b>	Capela e Japarutuba no estado de Sergipe.
<b>Ano do Conflito</b>	2016-2017
<b>Breve descrição</b>	O projeto contribui para o fim da dependência de importação do potássio.

## 2. Recursos Hídricos

<b>Tipo de Conflito</b>	Recursos Hídricos – (“Barragem Tapajós”)
<b>Atores/Sujeitos</b>	ELETRONORTE, FILIAL DE ELETROBRÁS. Povos tradicionais e comunidade afetada.
<b>Local</b>	Bacia do Tapajós, entre os estados de Amazonas e Pará.
<b>Ano do Conflito</b>	2012
<b>Breve descrição</b>	Apropriação de áreas de proteção natural, as unidades de conservação e dos indígenas.

<b>Tipo de Conflito</b>	Recursos Hídricos – (“Barragem Teles Pires”)
<b>Atores/Sujeitos</b>	COMPANHIA HIDRELÉTRICA TELES PIRES. Povos tradicionais – kayabi, mandurukús e Apiaká e comunidade afetada.
<b>Local</b>	Estados de Pará, Jacareacanga e Mato Grosso, Paranaíta.
<b>Ano do Conflito</b>	2011
<b>Breve descrição</b>	Apropriação de áreas de proteção natural, das unidades de conservação e dos indígenas.

<b>Tipo de Conflito</b>	Recursos Hídricos/Mineração – (“Barragem Mariana”)
<b>Atores/Sujeitos</b>	SAMARCO E VALE S.A. – empresas nacionais; BHP BILLITON – empresa australiana. Organizações sociais: Atingidos por Barragens, Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale e Sindicatos dos Trabalhadores.
<b>Local</b>	Mariana, Minas Gerais.
<b>Ano do Conflito</b>	2015
<b>Breve descrição</b>	Degradação da natureza pelo vazamento de metais pesados nos rios.

## CHILE

### 1. Mineração

<b>Tipo de Conflito</b>	Carvão - Projeto “Mina Invierno”
<b>Atores/Sujeitos</b>	GRUPOS VON APPEN E COPEC (ANGELINI) – empresas nacionais Grupo ALERTA ISLA RIESCO.
<b>Local</b>	Isla Riesco, Región de Magallanes.
<b>Ano do Conflito</b>	2010
<b>Breve descrição</b>	Degradação da natureza pelo vazamento de metais pesados nos rios.

<b>Tipo de Conflito</b>	Ouro e Cobre – Projeto “El Morro”
<b>Atores/Sujeitos</b>	GOLD CORP E NEW GOLD – empresas canadenses X Comunidade Huascoalinos.
<b>Local</b>	Cabecera do Valle de Huasco, região do Atacama.
<b>Ano do Conflito</b>	2011
<b>Breve descrição</b>	Descumprimento das leis de proteção da natureza e dos povos originários.

### 2. Recursos Hídricos

<b>Tipo de Conflito</b>	Hidrelétrica
<b>Atores/Sujeitos</b>	ENDESA E ENEL GROUP - Empresas Italianas X Comunidade afetada e organizações em defesa da natureza.
<b>Local</b>	Comunas de Futaleufu, Palena e Chaiten, Provincia de Palena, Região de Los Lagos.
<b>Ano do Conflito</b>	2014
<b>Breve descrição</b>	Descumprimento das leis de proteção da natureza e dos povos originários, desapropriação da população, desmatamento e perda da biodiversidade.

### 3. Recurso Florestal

<b>Tipo de Conflito</b>	Plantação de Pinho e Eucalipto
<b>Atores/Sujeitos</b>	Planta Pacífico, CMPC - S.A. – empresa chilena
<b>Local</b>	Angol



<b>Ano do Conflito</b>	2005
<b>Breve descrição</b>	Derramamento de combustível

#### 4. Agroquímicos

<b>Tipo de Conflito</b>	Agricultura Moderna
<b>Atores/Sujeitos</b>	ARYSTA, ANASAC – distribuidoras Monsanto
<b>Ano do Conflito</b>	2016
<b>Breve descrição</b>	Uso constante para remoção das ervas ‘daninhas’ no processo produtivo, contaminação dos solos e da saúde.

### COLOMBIA

#### 1. Mineração

<b>Tipo de Conflito</b>	Carvão - Projeto “Mina Invierno”
<b>Atores/Sujeitos</b>	MPX ENERGIA S.A. – empresa alemã Comunidades de Hato Nuevo, Dibulla, Fonseca e Distracción.
<b>Local</b>	Dibulla, La Guajira.
<b>Ano do Conflito</b>	2012

<b>Tipo de Conflito</b>	Níquel
<b>Atores/Sujeitos</b>	MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA Comunidade de Quindío.
<b>Local</b>	Pijao, Quindío.
<b>Ano do Conflito</b>	2010
<b>Breve descrição</b>	Região potencialmente rica em minerais.

#### 2. Recursos Hídricos

<b>Tipo de Conflito</b>	Desvio de rio
<b>Atores/Sujeitos</b>	BHP BILLITON – anglo-australiana, XSTRATA – capital suíço em negociação com a VALE S.A. Y ANGLO AMERICAN – empresa britânica; Habitantes Guajira e indígenas Wayuu.
<b>Local</b>	Rio Ranchería, La Guajira.
<b>Ano do Conflito</b>	2012

<b>Breve descrição</b>	Mudança de curso do rio para abastecimento de uma mina de exploração de carvão. Tal investida afetará territórios indígenas.
------------------------	--

<b>Tipo de Conflito</b>	Hidrelétrica “Hidroituango”
<b>Atores/Sujeitos</b>	Estado e comunidades locais afetadas.
<b>Local</b>	Ituango, Antioquia.
<b>Ano do Conflito</b>	2010
<b>Breve descrição</b>	Desapropriação, perseguições a líderes locais.

## COSTA RICA

### 1. Mineração

<b>Tipo de Conflito</b>	Petróleo/Gás
<b>Atores/Sujeitos</b>	Mallon Oil Company X Ambientalistas.
<b>Local</b>	San José.
<b>Ano do Conflito</b>	2010

<b>Tipo de Conflito</b>	Ouro – Projeto “BellaVista”
<b>Atores/Sujeitos</b>	Metais Processados MRW S.A. Ambientalistas.
<b>Local</b>	Miramar de Puntarenas.
<b>Ano do Conflito</b>	2005
<b>Breve descrição</b>	Tal projeto possui um histórico de derramamento de metais químicos, contaminação de rios importantes.

### 2. Recursos Hídricos

<b>Tipo de Conflito</b>	Hidrelétrica “El Diquis”
<b>Atores/Sujeitos</b>	Estado Indígenas Térraba
<b>Local</b>	Cajón de Boruca
<b>Ano do Conflito</b>	2007
<b>Breve descrição</b>	As consequências decorrentes da implementação de tal projeto acarretam em inundações de territórios indígenas.

## EQUADOR

### 1. Mineração

<b>Tipo de Conflito</b>	Petróleo
<b>Atores/Sujeitos</b>	Petróleos de Venezuela (PDVSA) Petroecuador Camponeses assentados.
<b>Local</b>	Montecristi, Manabí
<b>Ano do Conflito</b>	2008

<b>Tipo de Conflito</b>	Cobre
<b>Atores/Sujeitos</b>	CODELCO – Estatal chilena Comunidades de Intag
<b>Local</b>	Cantón de Cotacachi, Provincia de Imbabura. Intag
<b>Ano do Conflito</b>	2012
<b>Breve descrição</b>	Perigo de extinção de espécies ameaçadas, estudos de impactos ambientais que não avaliam as reais condições para possível exploração.

### 2. Recursos Hídricos

<b>Tipo de Conflito</b>	Represa
<b>Atores/Sujeitos</b>	TIESIJU – empresa de capital chinês Comunidades originárias e campesinas.
<b>Local</b>	Rio Grande, Manabí
<b>Ano do Conflito</b>	2011
<b>Breve descrição</b>	Expropriação da comunidade local, inundações.

## EL SALVADOR

### 1. Mineração

<b>Tipo de Conflito</b>	Ouro e Prata
<b>Atores/Sujeitos</b>	PACIFIC RIM – empresa canadense Organizações ambientalistas.
<b>Local</b>	San Isidro, Cabañas
<b>Ano do Conflito</b>	2005
<b>Breve descrição</b>	Desencadeamento de problemas de saúde

	das populações locais, além de assassinatos de líderes.
--	---

## 2. Recursos Hídricos

<b>Tipo de Conflito</b>	Manguezal
<b>Atores/Sujeitos</b>	Estado Militantes ambientalistas.
<b>Local</b>	Bahia de Jiquilisco
<b>Ano do Conflito</b>	2011
<b>Breve descrição</b>	Privatização das áreas de zonas costeiras, degradação dos mangues.

<b>Tipo de Conflito</b>	Contaminação das águas
<b>Atores/Sujeitos</b>	PACIFIC RIM Militantes ambientalistas.
<b>Local</b>	Departamento de Cabanas
<b>Ano do Conflito</b>	2004
<b>Breve descrição</b>	Contaminação das águas decorrente da atividade de mineração.

## GUATEMALA

### 1. Mineração

<b>Tipo de Conflito</b>	Petróleo
<b>Atores/Sujeitos</b>	PERENCO GUATEMALA (capital francês) Centro de Ação Legal-Social e Ambiental (Calas)
<b>Local</b>	Parque Laguna del Tigre, Município de San Andrés, departamento de Petén
<b>Ano do Conflito</b>	2001

<b>Tipo de Conflito</b>	Ouro e Prata
<b>Atores/Sujeitos</b>	GOLDCORP – empresa canadense Ambientalistas
<b>Local</b>	Município de Asunción Mita, Departamento de Jutiapa.
<b>Ano do Conflito</b>	2007
<b>Breve descrição</b>	Sendo a agricultura uma das atividades praticadas, fora afetada diretamente pela

	indústria da mineração, devido a venda de algumas propriedades. Resulta disso, a violência contra líderes locais e a agressão à natureza.
--	---

## 2. Recursos Hídricos

<b>Tipo de Conflito</b>	Hidrelétrica “Xalalá”
<b>Atores/Sujeitos</b>	Estado Comunidades afetadas
<b>Local</b>	Ixcán
<b>Ano do Conflito</b>	2001
<b>Breve descrição</b>	Inundação de áreas, e destruição de peixes.

## GUYANA FRANCESA

### 1. Mineração

<b>Tipo de Conflito</b>	Petróleo
<b>Atores/Sujeitos</b>	SHELL LY TOTAL – empresa Londres Organizações ambientais.
<b>Local</b>	Zona costeira
<b>Ano do Conflito</b>	2012
<b>Breve descrição</b>	Risco de contaminação da natureza

## HONDURAS

### 1. Mineração

<b>Tipo de Conflito</b>	Ouro
<b>Atores/Sujeitos</b>	MINERALES DE OCCIDENTE Comunidade de afetados ambiental de Azacualpa.
<b>Local</b>	La Unión Copan
<b>Ano do Conflito</b>	2009
<b>Breve descrição</b>	Danos à saúde das populações e poluição por descargas de resíduos tóxicos na natureza.

## MEXICO

### 1. Mineração

<b>Tipo de Conflito</b>	Gás Natural - Projeto “STGNM Gasoducto Morelos”
<b>Atores/Sujeitos</b>	ELECNOR S.A. – empresa espanhola Comunidades de Morelos, Puebla e Tlaxcala, Frente de Povos em defesa da Terra.
<b>Local</b>	Municípios de Tlaxcala, Puebla e Morelos
<b>Ano do Conflito</b>	2012
<b>Breve descrição</b>	Danos à saúde das populações e poluição por descargas de resíduos tóxicos na natureza.

<b>Tipo de Conflito</b>	Petróleo/Gás
<b>Atores/Sujeitos</b>	PEMEX – estatal mexicana e LEWIS GRUPO DE ENERGIA - EUA Ativistas ambientalistas
<b>Local</b>	Coahuila
<b>Ano do Conflito</b>	2013
<b>Breve descrição</b>	Danos à saúde das populações e poluição por descargas de resíduos tóxicos na natureza.

<b>Tipo de Conflito</b>	Ouro, Prata e Zinco
<b>Atores/Sujeitos</b>	CAMSIM - Minas S.A. de CV HOCHSCHILD Y GRUPO GOLIAT Ativistas ambientalistas Comunidades tradicionais
<b>Local</b>	Costa Chica y Montaña de Guerrero
<b>Ano do Conflito</b>	2010
<b>Breve descrição</b>	Mineração a céu aberto o que acarreta em graves danos ambientais

<b>Tipo de Conflito</b>	Ouro – Projeto “caballo blanco”
<b>Atores/Sujeitos</b>	GOLD GROUP (CANDYMIN S.A. de C.V) – empresa canadense Organizações Sociais
<b>Local</b>	Alto Lucero, Actopan, Veracruz
<b>Ano do Conflito</b>	2012

<b>Breve descrição</b>	Desapropriação das terras, mineração a céu aberto o que acarreta em graves danos ambientais.
------------------------	--

## 2. Recursos Hídricos

<b>Tipo de Conflito</b>	Barragem “Paso de la Reina”
<b>Atores/Sujeitos</b>	Estado Organizações sociais em defesa da natureza
<b>Local</b>	Vários municípios do Estado de Oaxaca
<b>Ano do Conflito</b>	2006
<b>Breve descrição</b>	Alagamento de terras cultivadas por camponeses, alteração no regime hidrológico de rios e criminalização das manifestações.

<b>Tipo de Conflito</b>	Hidrelétrica
<b>Atores/Sujeitos</b>	COMEXHIDRO DESELEC1 - México Walmart – Estados Unidos da América Tutunakú-Nahua e organizações sociais em defesa da natureza.
<b>Local</b>	Rio Ajajalpan na Serra do Norte, na Província de Puebla
<b>Ano do Conflito</b>	2016
<b>Breve descrição</b>	Alagamento de terras cultivadas por camponeses e indígenas, alteração no regime hidrológico de rios à natureza, violação de direitos tradicionais, agressão e criminalização das manifestações diante da gestão e distribuição da água.

## NICARÁGUA

### 1. Mineração

<b>Tipo de Conflito</b>	Ouro e Prata
<b>Atores/Sujeitos</b>	TRITON MINERA S.A., subsidiária da transnacional canadense B2God População local afetada.
<b>Local</b>	Larreynaga, León
<b>Ano do Conflito</b>	2007
<b>Breve descrição</b>	Graves danos ambientais

## PANAMÁ

### 1. Mineração

<b>Tipo de Conflito</b>	Cobre
<b>Atores/Sujeitos</b>	PETAQUILLA MINERALS LTD Ambientalistas
<b>Local</b>	Província de Coclé
<b>Ano do Conflito</b>	2010
<b>Breve descrição</b>	Mineração a céu aberto e graves danos ambientais.

### 2. Recursos Hídricos

<b>Tipo de Conflito</b>	Hidrelétrica “Barro Blanco”
<b>Atores/Sujeitos</b>	Empresa Generadora do Istmo S.A. (Genisa) Populações originárias.
<b>Local</b>	Ngöbe Buglé
<b>Ano do Conflito</b>	2010
<b>Breve descrição</b>	Desapropriação de terras indígenas, contaminação das águas superficiais e subterrâneas.

## PARAGUAI

### 1. Mineração

<b>Tipo de Conflito</b>	Ouro
<b>Atores/Sujeitos</b>	LATIN AMERICAN MINERALS PARAGUAY S.A (LAMP) – empresa canadense Mineiros artesanais, ambientalistas e povos tradicionais.
<b>Local</b>	Paso Yobai, departamento de Guairá
<b>Ano do Conflito</b>	2009
<b>Breve descrição</b>	Mineração a céu aberto, graves danos ambientais.



## PERÚ

### 1. Mineração

<b>Tipo de Conflito</b>	Gás Natural
<b>Atores/Sujeitos</b>	Empresa Transportadora de Gas del Perú SA. Comunidades Campesinas de Retama e Qoyama
<b>Local</b>	Distrito Chilcas, Provincia La Mar, Ayacucho
<b>Ano do Conflito</b>	2010
<b>Breve descrição</b>	Mineração a céu aberto, graves danos ambientais.

<b>Tipo de Conflito</b>	Petróleo
<b>Atores/Sujeitos</b>	TALISMAN PETROLERA DEL PERU LLC. PERÚPETRO Comunidades Campesinas locais
<b>Local</b>	Cuenca de Marañon, Distrito Morona, província Alto Amazonas e Província Datém de Marañón
<b>Ano do Conflito</b>	2009
<b>Breve descrição</b>	Mineração a céu aberto, graves danos ambientais.

<b>Tipo de Conflito</b>	Cobre – Projeto “Tía María”
<b>Atores/Sujeitos</b>	SOUTHERN COPPER – empresa estadunidense Frentes de luta locais
<b>Local</b>	Distrito Cocachacra, Província de Islay, Arequipa
<b>Ano do Conflito</b>	2010
<b>Breve descrição</b>	Esgotamento das águas.

### 2. Recursos Hídricos

<b>Tipo de Conflito</b>	Hidrelétrica “Cañón del Pato”
<b>Atores/Sujeitos</b>	DUKE ENERGY – empresa estadunidense Frentes de luta locais e comunidade campesina
<b>Local</b>	Distrito Cocachacra, Província de Islay, Arequipa

<b>Ano do Conflito</b>	2010
<b>Breve descrição</b>	Esgotamento das águas.

<b>Tipo de Conflito</b>	Hidrelétrica “Cañón del Pato”
<b>Atores/Sujeitos</b>	DUKE ENERGY – empresa estadunidense Frentes de luta locais e comunidade campesina
<b>Local</b>	Caserío Laguna de Parón, CC Cruz de Mayo, distrito Huaylas, provincia Caraz, Ancash
<b>Ano do Conflito</b>	2008
<b>Breve descrição</b>	Privação de acesso a água as populações locais.

<b>Tipo de Conflito</b>	Hidrelétrica
<b>Atores/Sujeitos</b>	OCOÑA HIDRO S.A. Associação dos pescadores locais.
<b>Local</b>	Rio Ocoña, Camaná Província de Arequipa
<b>Ano do Conflito</b>	2014
<b>Breve descrição</b>	Má gestão e privação de acesso a água as populações locais e afeta diretamente a criação pesqueira local.

## REPÚBLICA DOMINICANA

### 1. Mineração

<b>Tipo de Conflito</b>	Níquel
<b>Atores/Sujeitos</b>	FALCONBRIGDE DOMINICANA Frentes de luta locais
<b>Local</b>	Loma de Miranda, La Vega
<b>Ano do Conflito</b>	2012
<b>Breve descrição</b>	Esgotamento das águas através da mineração a céu aberto.

<b>Tipo de Conflito</b>	Ouro
<b>Atores/Sujeitos</b>	BARRICK GOLD Y GOLD CORP – empresas canadenses Frentes de luta locais e ativistas
<b>Local</b>	Pueblo Viejo

<b>Ano do Conflito</b>	2012
<b>Breve descrição</b>	Expropriação de terras dos povos locais, esgotamento e poluição das águas através da mineração a céu aberto.

## PORTO RICO

### 1. Mineração

<b>Tipo de Conflito</b>	Gasoduto “Vía Verde”
<b>Atores/Sujeitos</b>	NEW STAR ADQUISITIONS Ambientalistas
<b>Local</b>	Peñuelas, Adjuntas, Utuado, Arecibo, Barceloneta, Manatí, Vega Baja, Alta, Dorado, Toa Baja, Cataño, Bayamón e Guaynabo
<b>Ano do Conflito</b>	2012
<b>Breve descrição</b>	Expropriação de terras dos povos locais, esgotamento e poluição das águas através da mineração a céu aberto.

## URUGUAI

### 1. Mineração

<b>Tipo de Conflito</b>	Ferro - Projeto “Aratiri”
<b>Atores/Sujeitos</b>	ZAMIN FERROUS – capital indiano Produtores rurais locais, Ambientalistas e Organizações sociais.
<b>Local</b>	Valentines
<b>Ano do Conflito</b>	2008
<b>Breve descrição</b>	Expropriação de terras, contaminação na natureza

### 2. Recurso Florestal

<b>Tipo de Conflito</b>	Plantação de Eucalipto
<b>Atores/Sujeitos</b>	Planta Ence, ENCE – empresa espanhola Planta Botnia, BOTNIA - empresa da Filândia
<b>Local</b>	Fray Bentos
<b>Ano do Conflito</b>	2007
<b>Breve descrição</b>	Expropriação de terras, contaminação na natureza e diversas manifestações contra

	tal atividade.
--	----------------

## VENEZUELA

### 1. Mineração

<b>Tipo de Conflito</b>	Petróleo
<b>Atores/Sujeitos</b>	PDVSA – Petróleos de Venezuela e VENCUPET – capital venezuelano e cubano. Comunidades da zona de Güepe
<b>Local</b>	Zona de Güepe, Freites, Anzóategui
<b>Ano do Conflito</b>	2012

<b>Tipo de Conflito</b>	Metano/Petróleo
<b>Atores/Sujeitos</b>	PDVSA – Petróleos de Venezuela Indígenas Kariñas
<b>Local</b>	Río Tascabaña, Anzoátegui
<b>Ano do Conflito</b>	2000

<b>Tipo de Conflito</b>	Ouro
<b>Atores/Sujeitos</b>	Estado Populações originárias
<b>Local</b>	Mina Bulla Tonoro, Angostura, Bolívar
<b>Ano do Conflito</b>	2011
<b>Breve descrição</b>	Desapropriação de povos originário e camponeses.

<b>Tipo de Conflito</b>	Vários minerais, Projeto “Arco Minero de Oricono”
<b>Atores/Sujeitos</b>	Gold Reserve, Energold Drilling Corp. Afridiam do Congo, Dem Rep. e Barrick Gold Corporation - empresas canadenses e outras. Populações originárias da Amazônia, Frentes anti-mineração, Ongs (Movimento Ecológico da Venezuela etc).
<b>Local</b>	Rio Oricono, Bolívar
<b>Ano do Conflito</b>	2016
<b>Breve descrição</b>	Desapropriação de povos originário e camponeses, danos altamente destrutivos.

Os conflitos associados à exploração mineira foram os mais evidenciados e presentes em todos os países da América Latina, porém com mais força naqueles países que historicamente tiveram sua exploração pautada nesse tipo de atividade. A mineração envolve a discussão de *modelo de desenvolvimento e/ou paradigma extrativo-exportador*<sup>34</sup> presente na historiografia latino-americana, em países como a Bolívia, Chile, Peru, Brasil e Argentina perpetuando nas economias nacionais a miséria e a exploração da força de trabalho local e dos recursos naturais. Os principais minérios metálicos e não metálicos explorados são ferro, prata, ouro, níquel, petróleo, gás natural, cobre, cloreto de potássio, entre outros. Embora, porém não em exclusividade, o Estado efetive a exploração através de empresa estatal ou se trate de capitais nacionais em alguns casos, como PDVSA – Petróleos de Venezuela e VENCUPET – capital venezuelano e cubano, TALISMAN PETROLERA DEL PERU LLC. PERÚPETRO e VALE S.A., as empresas predominantes nessa atividade extrativa a céu aberto, em sua maioria, são de capitais estrangeiros a exemplo da ZAMIN FERROUS (Índia), BARRICK GOLD, PACIFIC RIM e GOLDCORP (Canadá), SOUTHERN COPPER (EUA), ELECNOR S.A. e ISOLUX CORSAN (Espanha), SHELL LY TOTAL (Londres), MPX ENERGIA S.A. (Alemanha).

Nessa discussão, chama atenção a atualidade do conflito conhecido por “Projeto Carnalita” nos limites de fronteiras dos municípios sergipanos de Capela e Japaratuba, no qual será explorado sais de potássio, cuja finalidade é o abastecimento da demanda nacional de fertilizantes para a agricultura, com o objetivo de reduzir a dependência externa e potencializar os índices de produtividade. Entretanto, tal projeto corresponde em sua espacialização territorial em terras de comunidades tradicionais (Canta Galo e Boa Vista/ Capela, Patioba/Japaratuba e Coqueiral/Carmópolis) e o Refúgio da Vida Silvestre, como sendo áreas de influência direta e indireta a serem afetadas. Desde 2009 que os estudos de impacto vêm sendo realizados com o propósito de solucionar ações mitigadoras e consultas públicas de falsas participações das comunidades nas tomadas de decisões. A técnica de lavra empregada utiliza-se de uma exploração por lixiviação dos sais com água quente, que resultará numa salmoura altamente contaminante aos ecossistemas e mananciais da região abastecida pela bacia do rio Japaratuba, sendo o descarte projetado para o fundo do mar.

---

<sup>34</sup> SVAMPA, Maristella; ANTONELLI, Mirta. Hacia una discusión sobre la megaminería a cielo abierto. In: \_\_\_\_\_ (org.). *Minería transnacional, narrativas del desarrollo y resistências sociales*. Buenos Aires: Biblos, 2009. p. 15-28.

Além disso, é importante destacar toda a infraestrutura ser empregada para facilitar os sistemas de fluxos e circulação.

Na categoria dos recursos hídricos constatou-se que os conflitos expressavam a posição enfática do Estado para implementação dos projetos corporativos voltados para geração de energia, sendo antagônicos aos anseios das comunidades locais, a exemplo da empresa ELETRONORTE, filial da ELETROBRÁS, atuante na “Barragem Tapajós” na Amazônia e Pará; e a construção de uma hidrelétrica pela empresa ENDESA E ENEL GROUP (Itália) no Chile. O projeto que se configura numa das maiores plantas de energia da ELETRONORTE afetará cinco unidades de conservação federal incluindo as populações indígenas Munduruku Apiaká de Pimental, Akaybãe, Gray Sai, San Martín e Boca Igarapé Pacu.

Sobre os recursos florestais e agroquímicos foram os que menos se manifestaram nos países latino-americanos ou os que tem menos visibilidade nas fontes analisadas, porém foi possível identificar conflitos e disputas. O eucalipto presente no Uruguai explorado na Planta Ence, ENCE (Espanha) e Planta Botnia, BOTNIA (Filândia) e no Chile explorado na Planta Pacífico pela CMPC - S.A. (empresa chilena), além da exploração do pinho também na Argentina em Puerto Esperanza e Misiones pela CELULOSE ALTO PARANÁ/ARAUCO S.A (Chile). O principal debate travado sobre a plantação de eucalipto é que alimenta a lógica do agronegócio da celulose e do intenso consumo de água nos lençóis freáticos. Isso significa descartar o cultivo de espécies de árvores nativas para dar lugar a uma espécie não-nativa.

Por sua parte, os agroquímicos são os venenos utilizados na agricultura enquanto proposta do projeto proveniente da Revolução Verde adotada pelos países latino-americanos. Portanto, expressam a inconformidade das comunidades locais no que se refere a hegemonia de empresas – MONSANTO, BUNGE, SYNGENTA, BAYERN – que comandam o ‘modo de plantar moderno’ entendam-se os transgênicos, agrotóxicos, objetos técnicos no espaço agrário. Esse modo de cultivar encontra resistências daqueles que historicamente plantaram suas culturas de uma maneira em harmonia com a natureza, no sentido de que, secularmente cultivar por meio de práticas conhecidas por agroecológicas e orgânicas – há de se enfatizar que cada uma expressa técnicas próprias - não trazem prejuízos a saúde de quem planta nem tampouco de quem irá consumir, sobretudo não contamina o meio biótico natural. Esse tipo de conflito foi evidenciado na Argentina em La Plata, onde agricultores protestaram sobre o nível de toxicidade que o DDT traria em

prejuízo da saúde e da natureza, já que a ideia consistia no convencimento dos agricultores para plantarem com tal agrotóxico pois traria a promessa de maiores rendimentos nos índices de produtividade. Outro caso identificado aconteceu no Chile quando ambientalistas protestaram contra o uso exacerbado no processo produtivo prejudicial as nascentes e a saúde humana pelas empresas ARYSTA, ANASAC – distribuidoras Monsanto.

A tonalidade obscurecida das tensões e dos confrontos neles transcorrentes, parece aos olhos dos detentores do poder político e econômico, uma modesta folha avulsa, isolada em relação a sua totalidade. Verificou-se portanto, em todos os levantamentos dos conflitos socioambientais o alto nível de conflitividade entre empresas-Estado-comunidades locais, porque o Estado legitimou através de requisitos normativos e institucionais a materialização dos interesses corporativos com o discurso de ‘interesse coletivo nacional’. Portanto, em muitos casos se fez necessário fragilizar a legislação nacional para atender os interesses seletivos.

Os projetos produtivos citados acima, convergem na medida que, desconsideram a presença dos indígenas que habitam secularmente a região, Térraba (Costa Rica), Wayuu (Colombia), kayabi, mandurukús e Apiaká (Brasil), Mapuche (Argentina) e de organizações e movimentos sociais, comunidades locais de Punta Arenas (Chile), Rio Turbio e Gallegos (Argentina), Via Campesina, Pastoral da Terra Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, Atingidos por Barragens, Fundação Nacional do Índio - FUNAI, Grupo ecologista Santa Barbara, Afetados por Vale, Movimento pela preservação da Serra do Gandarela, Portas Abertas, Justiça nos Trilhos e Movimento Pelas Serras e Água, (Brasil), Grupo ALERTA ISLA RIESCO, Comunidade Huascoaltinos (Chile), Comunidades de Hato Nuevo, Dibulla, Fonseca e Distracción (Colômbia), Comunidades de Intag (Equador), entre outros. Com isso, apropriam-se de seus territórios (in) legitimados por cláusulas institucionais normativas, causando consequências que perpassam pela expropriação de terras tradicionais, privação do acesso à água pelos povos locais, violação de direitos tradicionais e criminalização – em muitos casos com morte - dos movimentos e ambientalistas, danos ambientais maciços como perda de mananciais pelos resíduos tóxicos, danos à saúde, contaminação e degradação de rios e solos, inundações, alteração na vazão dos rios, devastação florestal e extinção de espécies, relatos de agressões aos líderes locais entre outros. Além disso, os danos sociais as populações originárias, como a saúde, insuficiência no abastecimento de água para as populações locais, inundações frequentes, precarização e exploração do trabalho subalternizado aos ditames dos empresários.

## 5. CONCLUSÕES

Os impactos destrutivos sobre a natureza a luz da demanda incessável por recursos naturais manifestam-se em conflitos mais recentes, marcados pelo uso corporativo do território latino-americano, destacados pela Pesquisa, bem como o referente Plano de trabalho. Os *sites* e demais referências utilizadas facilitaram a obtenção e acesso às informações detalhadas dos conflitos. Embora a abordagem contemple a escala local, nacional e regional, houve a necessidade de abranger a nível global, como na análise da Divisão Territorial do Trabalho determinada nas regiões sob a dinâmica neoliberal do capital.

Desta maneira, os enfoques se encaixam nas disputas territoriais dos lugares atrativos aos interesses das empresas multinacionais, as quais promovem por meio da escolha criteriosa de áreas para “a implantação de infraestruturas monofuncionais”<sup>35</sup> subsidiadas pelos Estados Nacionais, permitindo a produção de uma configuração espacial existente, ou seja, as topologias corporativas na América Latina.

Contudo, as formas de produção do espaço latino-americano estão associadas ao uso do território através da ação dos oligopólios capitalistas, visto como contrários às alternativas de desenvolvimento sem que haja uma agressão estrondosa da natureza. Tal alternativa é vislumbrada nos discursos valorativos – *bens comuns, justiça ambiental, bem viver e direitos da natureza* - da natureza, sob a ótica da resistência comum de luta e defesa da terra e do território dos povos originários, quilombolas e camponeses, denominado de “giro e/ou linguagem ecoterritorial”.<sup>36</sup>

Torna-se fundamental e necessário enfrentar a questão da busca pelo desenvolvimento as custas dolorosas da destruição da natureza. Assim, as resistências dos povos devem, ao menos, serem vistas como símbolo concreto de luta, não somente pela permanência e sobrevivência na terra, como também da proteção da natureza.

Essas visões são aceitáveis porque o conteúdo da problemática dos conflitos socioambientais é com clareza dos fatos registrados, produzidos espacialmente através da ação das corporações globalizadas. Como aponta Silveira: “O espaço geográfico é mais do

---

<sup>35</sup> Ibid., p. 78.

<sup>36</sup> SVAMPA, 2016, passim.



que o espaço social porque contém materialidade e mais do que o espaço meramente físico porque inclui a ação”.<sup>37</sup> Ação indiscutivelmente manifestada nos lugares desigualmente.

A relação entre as leituras centradas no uso corporativo do território latino-americano, bem como sua configuração territorial no presente, cria possibilidades de enfrentamento na pesquisa geográfica ao implantar hábitos imperiosos de discussões acerca desse território, demandadas certamente de novas leituras do espaço geográfico, as quais desvelam os discursos forjados e produzidos sobre esse território. Novas leituras que necessitam considerar as convergências e as divergências de interesses, cujas formas de exploração e dominação disfarçadas negam a existência de resistências enquanto elemento de luta primordial à continuidade da proteção da natureza.

Como continuação das análises iniciadas neste projeto de iniciação científica pretendemos aprofundar a temática em questão a nível de Pós-Graduação, cuja pretensão consiste em analisar, através do pré-projeto de mestrado “USO CORPORATIVO DO TERRITÓRIO PELO CAPITAL MINEIRO: UMA ANÁLISE SOCIOAMBIENTAL NA REGIÃO DO PROJETO CARNALITA EM SERGIPE”, como se dá o processo de apropriação corporativa do território sergipano pela gigante da mineração Vale Fertilizantes S.A. Ao mesmo tempo, destacar que nos limites dos municípios Capela/SE e Japaratura/SE estão territorializadas comunidades tradicionais quilombolas (Canta Galo e Terra Dura - Capela, Patioba - Japaratura) as quais já foram intimadas no segundo semestre de 2016 para participarem de ações de mitigação, com falsas participações de consultas públicas nas tomadas de decisões que envolvem os interesses antagônicos.

Esses elementos legitimadores da proposta de projeto somam-se aos inúmeros conflitos e desastres ambientais irradiados na paisagem brasileira. Vários seriam os casos a serem destacados, mas um em especial e conhecido por todos cabe dar ênfase, o rompimento da barragem de Mariana no Estado de Minas Gerais. Esse desastre ambiental traz para a discussão os limites do capital diante da sede de exploração e do lucro. O Projeto Carnalita em Sergipe expressa os anseios lucrativos dos empresários, ao passo que traz projeções brilhantes e lucrativas no segmento de fertilizantes, pois o Brasil importa uma quantidade considerável de outros países. A fim de suprir essa demanda nacional, a extração do potássio visa abastecer o mercado interno para aumentar os índices de

---

<sup>37</sup> SILVEIRA, op. cit., p. 74.

produtividade na agricultura. Entretanto, tal atividade conta com uma técnica de lavra extremamente sensível e nociva no que se refere as possíveis áreas (in)diretamente afetadas.

Além dessas problematizações iniciais, quando se estuda essa temática com olhos mais humanizados sobre as questões sociais, dois elementos se destacam: a apreensão pela bolsista do tema estudado porque despertou uma afetividade. Em outras palavras, um ‘choque de realidade’ no envolvimento com a pesquisa pois ampliou a visão de mundo. Como resultado disso, será o aprofundamento da temática até porque a pertinência nesse conjunto de mudanças em curso pede uma atenção especial para os lugares. Além disso, a sensibilidade do docente/orientador encaixada em ritmos diferenciados de compreensões, sobretudo quando discutido sobre as realidades mutáveis as quais vão de encontro ou não com a lógica corporativa. Por isso, essa sensibilidade envolve nossas opiniões construídas e outras em processo de desconstrução de discursos homogeneizadores, a exemplo de que o ‘desenvolvimento’ só será possível quando os recursos naturais disponíveis estiverem esgotados para então atingir o ‘progresso’. Esta concepção simplificada de algo maior - o Modo de Produção Capitalista - constrói e alimenta o interesse em dar continuidade nas pesquisas.

## 6. REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. Descaminhos do “ambientalismo consensualista”. *Observatorio Social de América Latina (OSAL)*, Buenos Aires: CLACSO, ano XIII, n. 32, p. 40-49, nov. 2012.

HARVEY, David. O “Novo” Imperialismo: acumulação por espoliação. In: \_\_\_\_\_. *Socialist Register 2004: O novo desafio imperial*. Buenos Aires: CLACSO, 2006. p. 280. Traduzido por: Rodrigo Rodrigues. Disponível em: [http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/social/2004pt/01\\_boron.pdf](http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/social/2004pt/01_boron.pdf). Acesso em: 04/12/2016, as 11:44 mim.

MARTÍNEZ ALIER, Joan. *O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração*. Tradução de Maurício Waldman. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

RAMOS, Gian Carlo Delgado. *Ecología Política del Extractivismo en América Latina: Casos de resistencia y justicia socioambiental*. (Cordenador) RAMOS, Gian C. D. 1 ed. p. 588. CLACSO: Cidade Autónoma de Buenos Aires, 2013.

REHNER, Johannes. Territorios corporativos: Una reflexión desde la geografía económica para evitar la axiomatización de los discursos. *Revista de Geografía Espacios*, Santiago de Chile, v. 2, n. 4, p. 29-49, 2012.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SEOANE, José; TADDEI, Emílio. *Recolonización, bienes comunes de la naturaleza y alternativas desde los pueblos*. (Colaboração de Clara Algranati y el equipo del Grupo de Estudios sobre América Latina - GEAL). Rio de Janeiro: Diálogo de los Pueblos y GEAL, 2009.

SILVEIRA, Maria Laura. Região e Globalização: pensando um esquema de análise. *Redes*, Santa Cruz do Sul, v. 15, n. 1, p. 74-88, jan.-abr. 2010.

SVAMPA, Maristella; ANTONELLI, Mirta. Hacia una discusión sobre la megaminería a cielo abierto. In: \_\_\_\_\_. (org.). *Minería transnacional, narrativas del desarrollo y resistências sociales*. Buenos Aires: Biblos, 2009. p. 15-28.

\_\_\_\_\_. Consenso de los *commodities*, giro ecoterritorial y pensamento crítico em América Latina. *Observatorio Social de América Latina (OSAL)*: Buenos Aires: CLACSO, ano XIII, n. 32, p. 16-38, nov. 2012.

\_\_\_\_\_. Extrativismo neodesenvolvimentista e movimentos sociais. In: DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; Filho, Jorge Pereira (org.). *Descolonizar o Imaginário: Debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento*. Tradução de Igor Ojeda. São Paulo: Elefante, 2016. cap. 4, p. 141-171.

## APÊNDICE

## APÊNDICE A

<p align="center"><b>USO CORPORATIVO DO TERRITÓRIO E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NA AMÉRICA LATINA</b></p> <p align="center"><b>Conflitos Socioambientais na América Latina (2000-2016)</b></p>	<p>Nº de Ficha Técnica</p>
<p>Elaborado por:</p>	
<p>Local:</p>	<p>Ano:</p>

<b>I. País(es)</b>	<b>II. Tipo de Conflito</b>
<b>III. Atores/sujeitos envolvidos</b>	<b>IV. Ano do conflito</b>
<b>V. Local</b>	<b>VI. Breve descrição</b>
<b>VII. Referência Utilizada</b>	
<p>( ) Sites Eletrônicos</p> <p>( ) Documento Digital</p> <p>( ) Livro</p> <p>Referência:</p>	
<p align="center">Universidade Federal de Sergipe – DGEI/PIBIC/COPES</p>	

## APÊNDICE B

### Atestados dos Eventos de Extensão





IV ENCONTRO NACIONAL e  
X FÓRUM ESTADO, CAPITAL, TRABALHO

**O fim do pensamento crítico reflexivo? A  
negação do humano e a banalização da teoria**

Universidade Federal de Sergipe  
Campus São Cristóvão

**09 A 11 DE AGOSTO DE 2017**

REALIZAÇÃO:  
**GPECT**

## CARTA DE ACEITE

Informamos que o Trabalho: "CONSTRUÇÃO DE MEMÓRIAS GEOGRÁFICAS NO ENSINO DE GEOGRAFIA: UMA CONTRIBUIÇÃO A PARTIR DOS OBJETOS E MUSEUS NO PROJETO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO"

De autoria: Viviane Melo Santos

Karine dos Santos Sobral

Foi **APROVADO** pela Comissão Científica do IV ENCONTRO NACIONAL E X FÓRUM ESTADO, CAPITAL, TRABALHO que será realizado entre os dias 09 a 11 de agosto na Universidade Federal de Sergipe (UFS).

Para que seja confirmada a apresentação no Grupo de Trabalho (GT), pelo menos um dos autores deverá estar inscrito no ENGPECT até 21 de julho de 2017.

Inscrições no site: <https://engpect.wordpress.com/inscricao/>

OBS: só receberão certificado de apresentação oral, o autor e coautores que participarem da discussão do Grupo de Trabalho (GT).

O artigo só será publicado nos Anais se o mesmo for apresentado e debatido no Evento.

Maiores informações:

Visite os sites: [www.engpect.wordpress.com](http://www.engpect.wordpress.com)  
[www.grupogpect.info](http://www.grupogpect.info)

Att,

Comissão Organizadora IV ENGPECT

[grupogpect.info](http://grupogpect.info)



#### CARTA DE ACEITE

O Trabalho: ENTRE O RURAL E O URBANO: DIÁLOGOS COM OS POVOADOS NAS AULAS DE GEOGRAFIA

Dos autores OSCAR SOBARZO, ELUANA LÍDIA SANTOS e VIVIANE MELO SANTOS

Foi aceito para apresentação oral durante o XIII ENCONTRO NACIONAL DE PRÁTICA DE ENSINO DE GEOGRAFIA- Conhecimentos da Geografia- Percursos de Formação Docente e Práticas na Educação Básica, a ser realizado na Universidade Federal de Minas Gerais, em Belo Horizonte, de 10 a 14 de setembro de 2017.

Belo Horizonte, 01 de junho de 2017.



  
Prof.ª Dra. Carla Jusceli de Oliveira Souza  
Coordenadora da Comissão Científica

  
Prof.ª Dra. Valéria de Oliveira Roque Assunção  
Coordenadora Geral do XIII ENPEG